



Cinco anos depois do primeiro ataque em Mocímboa da Praia; Como está Cabo Delgado?



Créditos: Plataforma Media

Introdução

O conflito em Cabo Delgado completou cinco anos no dia 5 de Outubro de 2022. O seu início teve lugar um dia depois da comemoração do 25º aniversário da assinatura dos Acordos Geral de Paz de Roma e quatro dias depois do término do XI Congresso do Partido

Frelimo e que cinco anos depois voltou a se reunir no XII Congresso na Matola, onde o conflito em Cabo Delgado mereceu atenção.

No início dos ataques às instituições do Estado em Mocímboa da Praia, os pronunciamentos das autoridades não tiveram em conta a gravidade



da situação, chegando a considerar de simples actos de banditismo que num período não superior a sete dias seria suficiente repor a ordem e tranquilidade públicas no distrito, o que culminaria com a entrega dos “malfeitores” às autoridades locais para a sua responsabilização.

No entanto, o que pareceu ser um acto isolado de bandidos tornou-se rapidamente num dos maiores problemas dos últimos cinco anos, não só para a população de Cabo Delgado e de Moçambique no geral, mas também para os países da região, da África e do mundo, num contexto em que Moçambique se preparava para dar um salto importante na exploração do gás da Bacia do Rovuma, com o potencial de transformação

da economia da província e de todo o país.

A eclosão do conflito motivou o surgimento de instituições para atender ao processo de reconstrução, como a Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte (ADIN), agências nacionais e internacionais de apoio humanitário que, embora de forma descoordenada numa primeira fase, conseguiram reduzir o sofrimento das pessoas que se deslocavam das zonas em conflito para zonas consideradas seguras, através de apoio alimentar, psicossocial, *kits* de abrigos, abertura de centros de reassentamentos, etc.

Passados cinco anos é objectivo deste texto fazer uma radiografia do estado de Cabo Delgado nos vários contextos.

Tentativas de compreensão do conflito

Algumas teses foram buscar na história clivagens que podem consubstanciar conflitos em Cabo Delgado. Além de questões de conflitos etnolinguísticos latentes entre os povos da costa (mwanis) e do interior (planalto dos Maconde) de Cabo Delgado, outros apontavam para a pobreza generalizada e a marginalização da juventude em fase de *waithood* que não encontrava no discurso oficial acomodação dos seus interesses e notaram um espaço fértil no extremismo

violento para mostrarem a sua indignação para com o Estado.

Havia igualmente o entendimento de que os extremistas violentos queriam impor um califado em Cabo Delgado, onde a religião islâmica deveria estar no epicentro da governação. Mais tarde os actos foram classificados como sendo agressão ao Estado protagonizado por extremistas violentos usando métodos terroristas.

Todas as teses que tentaram explicar a emer-



gência do extremismo e as suas motivações foram rejeitadas pelas autoridades, que defendiam que o conflito era movido por agentes internos e externos que não estavam satisfeitas com a governação e também por causa das riquezas que Moçambique possui.

Enquanto isso, os extremistas violentos conhecidos localmente como Al-shabbab (jovens) foram ganhando forças e associaram-se ao Estado Islâmico (EI), passando de pequenos ataques a aldeias para ataques de grandes proporções que lhes permitiram tomar localidades e postos administrativos e içar a bandeira do EI, provocando uma crise de quase um milhão de pessoas deslocadas, milhares de pessoas mortas e destruição de casas da população, infra-estruturas sociais como escolas, hospitais, mercados e esquadras da Polícia.

Os relatos feitos por jornalistas de Rádios Comunitárias que chegavam a diferentes pontos do país e do mundo descrevendo a realidade no terreno começaram a ser interpretados por

alguns sectores de propaganda como notícias falsas (*fake news*) e, conseqüentemente, abriu-se uma frente de perseguição, como foram os casos do desaparecimento do jornalista Ibraimo Abu Mbaruco e da prisão sem culpa formada do jornalista Amade Abubacar.

Estes actos despertaram na sociedade a gravidade da situação que ocorria no norte de Cabo Delgado e culminou com um debate sem precedentes tanto na comunicação social moçambicana como estrangeira sobre a melhor abordagem a ser seguida, olhando sempre para as experiências de outros contextos que enfrentam o extremismo violento de cunho terrorista. Esta abordagem fez com que o Governo assumisse que se estava perante um fenómeno complexo que não deveria ser abordado isolado de outros países, abrindo espaço para a entrada de apoio internacional em logística militar, treinamento e no desembarque de tropas do Ruanda e da Missão da SADC em Moçambique (SAMIM).

Das fragilidades do Exército moçambicano ao apoio internacional

As fragilidades do Exército moçambicano não podem ser vistas como falta de bravura dos soldados que quotidianamente se batem na frente de batalha contra os extremistas violentos em Cabo Delgado, mas antes como resultado de

todo um sistema que não recebeu investimentos nos últimos anos.

A ociosidade do sector permitiu a sua captura por redes de corrupção, que são ilustradas pela descoberta no mês de Maio de 2022, de cerca de



sete mil soldados inexistentes (fantasmas) que retiravam dos cofres do Estado recursos que se investidos poderiam trazer um grande impacto no Teatro Operacional Norte. Basta dizer que sete mil soldados é maior que o somatório das tropas da SAMIM e do Ruanda que apoiam em Cabo Delgado.

Antes da vinda das tropas do Ruanda e da SAMIM, foram contratadas empresas privadas de segurança da África do Sul e da Rússia – Dick Adviser Group (DAG), Paramount e Grupo Wagner – causando controvérsias na sociedade, pois não se conheciam os limites e os instrumentos que regiam a sua actuação e o porquê da priorização de empresas privadas na defesa da soberania de Moçambique.

Cientes destes factos, os sectores com alguma influência no xadrez político nacional, como a sociedade civil, partidos políticos da oposição, os *medias* e académicos, olhavam para o apoio internacional como a solução para o combate eficaz do extre-

mismo violento em Cabo Delgado, colocando os países da região (SADC) como prioritários no apoio aos esforços das tropas moçambicanas nesse processo, numa altura em que Moçambique liderada a governação rotativa da SADC.

Curioso ou não, na mesma altura em que se negociava a vinda das tropas dos países da região, desembarcavam em Moçambique militares e polícias do Ruanda que rapidamente recuperaram a Vila Municipal de Mocímboa da Praia e participaram da expulsão dos extremistas violentos em Palma. Um mês mais tarde chegavam as tropas da SADC que intercalam a abordagem militar e da construção de mecanismos de diálogo para a construção da paz na província.

Juntam-se aos esforços das tropas moçambicanas, do Ruanda e da SADC os apoios em treino militar e logística da União Europeia e dos Estados Unidos da América, que treinam militares moçambicanos em matérias ligadas ao combate ao terrorismo.

Os ataques às sedes dos distritos e a crise humanitária

Os ataques de maior proporção foram, sem dúvidas, aqueles que permitiram tomar as sedes dos distritos de Quissanga no dia 25 de Março de 2020, de Macomia a 28 de Maio de 2020, de Mocímboa da Praia a 11 de Agosto de 2020 e Palma a 24 de Março de 2021, causando uma crise humanitária de quase um milhão de pessoas que se deslocaram para os distritos de Metuge, Montepuez, Chiúre, cidade de Pemba e para as províncias vizinhas de Nampula e Niassa.

Estas ofensivas dos extremistas violentos tiveram como consequência mudanças nas lideranças dos órgãos do sector de segurança, principalmente no Ministério de Defesa Nacional e no Ministério do Interior, como também no Serviço de Inteligência e Segurança do Estado (SISE), anunciando mudança de abordagem, com maior controlo sobre a disciplina e a informação.

Se por um lado existia a componente militar, por outro era importante gerir a crise humanitária gerada pelos ataques dos extremistas violentos. Foi por essa razão que rapidamente se instalou em Cabo Delgado, através de agências das Nações Unidas e de outras ONG nacionais e internacionais, um aparato de apoio alimentar, reassentamentos e meios de subsistência em coordenação com o governo.

Este aparato trouxe consigo a dependência dos deslocados internos em relação à ajuda que

faz com que actualmente resistam em regressar às zonas de origem. A ausência de um mecanismo ou plataforma de coordenação da ajuda humanitária para tornar eficiente e eficaz a implementação de projectos ou programas que visem ajudar essas populações não permite que haja esta ponte importante entre os esforços militares, ajuda humanitária e apoio às populações para o desenvolvimento de actividades de rendimento.

Nos últimos meses não tem havido ajuda em termos de alimentação para as populações deslocadas, estando a ser levado a cabo um “censo” para actualização dos dados dos beneficiários que estavam inflacionados nas listas, havendo população não deslocada que recebia apoios em detrimento dos próprios deslocados.

Actualmente, os extremistas violentos estão enfraquecidos, mas os ataques continuam, embora com menor proporção e com tendências de subir para os distritos do sul da província, evidenciados com as incursões em Ancuabe e nos distritos da província de Nampula e Niassa. Recentemente, algumas aldeias do distrito de Quissanga voltaram a registar ataques, causando uma nova vaga de deslocados e fazendo soar o alarme para as populações que tinham regressado às zonas de origem e para aquelas que estavam a pensar em regressar.

Défice de oferta de serviços públicos

A crise humanitária provocada pelo extremismo violento arrastou muitas pessoas para zonas consideradas seguras, onde se destacam a cidade de Pemba, os distritos de Montepuez, Chiúre e Metuge. Entretanto, se é verdade que antes dos ataques as condições em termos de oferta de serviços públicos de educação, saúde e água e saneamento eram bastante deficitários, é também verdade que as condições se deterioraram ainda mais com o incremento sem precedentes da população e sem nenhuma reacção rápida por parte das estruturas dentro da província.

Os serviços de saúde estão bastante pressionados e as unidades sanitárias são caracterizadas

por longas filas para o atendimento e falta de medicamentos; as escolas trabalham com sobrelotação nas turmas num contexto em que foram construídas poucas salas de aulas para responder à demanda. As longas distâncias que os alunos percorrem para chegar às escolas está a contribuir para desistência de crianças e raparigas.

Em Pemba, por exemplo, a crise de água que sempre caracterizou a cidade agudizou-se e agora é normal ficar-se semanas sem jorrar água nas torneiras. Para minimizar o sofrimento da população, o Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água (FIPAG) optou pelo fornecimento de água usando tanques cisternas de modo a minimizar o sofrimento da população.

Défice da ajuda alimentar, mendicidade e trabalho infantil

A ajuda humanitária, que numa primeira fase chegava aos deslocados internos sem muitos sobressaltos através das agências internacionais e de ondas de solidariedade, já não se faz sentir como no princípio. Em Pemba, por exemplo, o custo de vida agravou-se nos últimos anos, tornando a capital de Cabo Delgado numa das cidades mais caras do país.

A forma como a ajuda alimentar era feita – distribuição de senhas para o levantamento de ali-

mentos junto de comerciantes locais, precipitou uma subida generalizada dos preços de produtos alimentares. As deficiências na continuação da ajuda aumentou o índice de mendicidade nas ruas das cidades de Pemba e Montepuez e em muitos pontos onde estão os deslocados internos. A falta de ajuda alimentar aumentou também o trabalho infantil de crianças que são enviadas às ruas para vender alimentos confeccionados.

A reconstrução em contexto de escalada do conflito

Com vista à recuperação de infra-estruturas destruídas pelo conflito e desenho de programas para permitir a criação de condições objectivas para a não adesão dos jovens ao extremismo violento, o governo criou a ADIN e aprovou vários programas e projectos. Com mais de dois mil milhões de dólares orçamentados, o sistema de reconstrução de Cabo Delgado carece de clarificação para se saber quem faz o quê, onde, como e quando. Embora o conflito tenha abran-

dado em determinados pontos como é o caso de Palma, este processo não é acompanhado com o mesmo ritmo na reconstrução de infra-estruturas sociais e apoio humanitário nos locais onde a população reside. Portanto, a falta de coordenação entre as instituições no ramo da reconstrução e a fragilização da estrutura da ADIN não permitem vislumbrar tão cedo uma melhor resposta em termos de reposição de infra-estruturas e o regresso das populações às suas zonas de origem.

Notas finais: Como está Cabo Delgado?

Cinco anos depois, o extremismo violento em Cabo Delgado continua ainda a deixar suas marcas com incursões dos terroristas em pequena escala em regiões muito próximas à capital da província, Pemba, embora as tropas moçambicanas e estrangeiras do Ruanda e da SADC tenham mais entrosamento e um pouco de clareza sobre o inimigo.

As vilas sedes e todo o território em conflito têm conhecido um regresso tímido da população, pois as populações receiam a escassez da ajuda humanitária e questões de segurança que colocam em causa a retoma da produção na agricultura e na pesca, principais sectores de subsistência desta população. Em suma, a ajuda humanitária mesmo nas zonas de reassentamento mostre-se escassa e cada vez menos garantida.

A dinâmica actual de falta de ajuda alimentar tem levado as populações deslocadas a engrenarem pela mendicidade e pelo trabalho infan-

til, criando outros desafios ao actual cenário que se vive na província que terão maior impacto no futuro sobretudo das crianças e jovens.

A ADIN, uma agência de desenvolvimento criada para fazer face às problemáticas actuais e futuras da região e da província em particular, veio publicamente assumir que não tem fundos para financiar os diferentes projectos que fazem parte do seu portfólio, deixando a população em “desespero” e sem entender-se a emergência desta agência como sendo um “tubo escape” para os problemas da província.

Portanto, os cinco anos do conflito (que se decorre no intervalo entre os dois últimos dois congressos do Partido Frelimo” merecerem melhor discussão e propostas robustas que devem ir ao encontro da gravidade do problema e da devolução da paz e do direito ao desenvolvimento para a população da Província de Cabo Delgado e de todo o país.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Coordenador do Programa: Prof. Domingos do Rosário
Coordenador-Adjunto do Programa: Américo Maluana
Editor: Emídio Beula
Autor: Abdul Tavares
Equipa Técnica: Emídio Beúla; Leonel Sapite (Nampula); Abdul Gafur Monteiro Tavares (Cabo Delgado); Evaristo Lucas (Niassa)
Layout: CDD

Contacto:
Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

Parceiros:



Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra

Embaixada da Suíça em Moçambique